

# Servidores do Congresso Nacional podem ficar sem aumento

Os funcionários da Câmara e do Senado não deverão receber aumento este ano, a exemplo do restante de funcionalismo público federal. Pelo menos, essa é a intenção da direção das duas casas, que costuma orientar-se pelos aumentos concedidos para o Executivo para propor os reajustes de seus funcionários, embora estes não estejam obrigatoriamente atrelados aos dos demais servidores federais.

Segundo o diretor-geral da Câmara, Adhelmar Sabino, nem a Câmara nem o Senado pensam, hoje, em aumentar os salários de seus funcionários, que já são bem maiores do que os do Executivo. Ele explicou que o procedimento normal é dar reajustes, tanto aos funcionários quanto aos parlamentares, junto com os do Executivo, mas há uma diferença. Sempre que o funcionalismo federal é aumentado, a Câmara e o Senado aprova decretos legislativos aumentando sua própria remuneração naquele percentual, que é usado também como base para o reajuste dos funcionários do Legislativo, determinado pelas mesas da Câmara e do Senado.

## ESFORÇO

O secretário de Administração, João Santana, disse ontem, no Rio, onde fez uma palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), que a decisão da ministra Zélia Cardoso de Mello de não conceder aumentos salariais aos funcionários públicos, se deve "ao esforço que foi feito para equilibrar as contas públicas e combater o déficit. Qualquer

aumento desnecessário ou que o Governo não tenha condições de arcar provocará a volta do déficit público e uma nova pressão sobre as contas públicas que resultarão na volta da inflação para toda a sociedade".

## GREVE

O Sindicato dos Serviços Públicos está preparando uma greve da categoria para o final do mês, forma com a qual espera pressionar o Governo a liberar aumentos salariais para o setor. Embora não tenha conseguido reunir a categoria para combater as demissões decorrentes da reforma administrativa, o sindicato considera inevitável esta greve, devido à crescente deterioração do valor de compra dos salários no setor público.

Esta defasagem, segundo Francisco Zoccoli, diretor do sindicato, exige hoje uma reposição de 190 por cento para que os salários retomem o poder de compra que tinham em janeiro, quando o Governo anterior concedeu reajustes para repor as perdas do ano de 1989. A recusa em reajustar os salários dos servidores, nos mesmos índices da inflação, segundo o sindicalista, mostra que o Governo quer impor sua política e ignora qualquer diálogo com os setores trabalhistas.

Para forçar uma negociação, o sindicato prepara uma greve dos servidores, a ser deflagrada em data ainda a ser definida. Francisco Zoccoli acredita que, ao contrário das vezes anteriores, os servidores participarão deste movimento.